

<http://www.eco-sociais.com/cat.php?catid=2> (contexto da comunicação)

Economia Social depois da crise

Santa Casa da Misericórdia de Santarém

13.05.28

O mito em tempo de crise

Começo por agradecer a oportunidade de aqui vir partilhar algumas reflexões sobre aspetos do funcionamento dos *media*, e da relação do público com eles, neste contexto da Economia Social. Os media são uma parte importante da forma como se vai projetando uma narrativa sobre o futuro a partir do presente, de como os fenómenos vão sendo compreendidos e comunicados ao público em geral – nunca esquecendo que o público em geral é composto por indivíduos.

Sou jornalista de Política Internacional e não de economia, não estou concentrada nuclearmente na economia e apercebo-me, por isso, de como hoje tropeçamos nela a toda a hora. O que quer isto dizer? Por um lado, que nunca como desde a crise de *subprime* ou da bolha imobiliária nos Estados Unidos, em 2007-2008 (em Portugal refletiu-se principalmente a partir do final de 2008) e, em particular, nestes últimos dois anos, a formulação da coisa política esteve tão colada à da economia. Digo colada já para não dizer subjugada, ou sujeita ao mesmo discurso tecnocrata. Passou a ser muito mais comum do que antes a distribuição das matérias no jornal (falo do Expresso, onde trabalho há 20 anos) ocupe mais lugar e mais tempo das reuniões de editorias e direção. Como é que a atualidade de determinada semana deve ser tratada de modo a ser publicada na secção de Política do 1º Caderno ou no Caderno da Economia? Acontece com maior frequência esta espécie de classificação

num primeiro momento indecisa porque há cada vez mais assuntos passíveis de serem tratados nas duas secções, de acordo com a tónica que lhes for imprimida na abordagem.

Por outro lado, ser jornalista de Internacional é uma condição consentânea à minha atitude natural. Quer dizer, neste contexto, que tenho grande dificuldade em pensar em Portugal sem ser em relação com a região adjacente e no contexto político e, lá está, económico, em que se insere. Não consigo pensar nas questões do nosso quotidiano sem equacionar que fazemos parte do mundo ocidental, da União Europeia, que dentro desta estamos no sul da Europa, na Península Ibérica e só a partir daí é que chegamos a Santarém, ou a Lisboa, ou onde preferirem, onde os indivíduos encontram as particularidades que lhes caracterizam os modos de atuação, o pensamento e os gostos.

Esta ligação de Portugal ao exterior (que pessoalmente só desejo que continue a intensificar-se), estar no mundo, é condição para nos encontrarmos nesta situação de crise. Somos obrigados a formulá-la, a pensar na nossa parte enquanto país e enquanto indivíduos e a necessidade de projetar uma saída para o estado atual é um gesto natural. Sem querer exponenciar o protagonismo dos *media*, uma parte considerável do discurso que é produzido a propósito da crise, das ideias que surgem e das políticas, aparecem, são processadas, analisadas ou mesmo condenadas ao insucesso nos *media*.

Temos de entender a atual crise como um fenómeno global. Se pensarmos no desemprego, em particular no desemprego jovem, que é particularmente irónico e difícil de enfrentar no contexto da livre circulação de pessoas e bens e do enorme mercado a que acedemos por via da adesão à União Europeia, percebemos que, apesar de termos a taxa mais alta de desemprego jovem da União Europeia, 38%, não é um assunto exclusivamente de Portugal. Esta crise é também plural. Um economista diria que a crise são duas, a de crescimento (financeira) e a da dívida.

Eu prefiro recuar perante este tipo de classificações e evocar uma ideia que me parece muito lúcida do jornalista britânico Jason Burke. Burke é

atualmente correspondente dos jornais britânicos “The Guardian” e “Observer” para o sul da Ásia a partir de Nova Dehli. Ele publicou o livro “As Guerras do 11 de setembro”, em setembro de 2011, dez anos depois do ataque às torres gêmeas e já com uma década de bagagem de conhecimento adquirido na cobertura dos acontecimentos no terreno, no Afeganistão, Iraque e em todos os territórios que se tornaram explosivos a partir daí. Com toda a pertinência, Burke pergunta: Este é um conflito ou são vários conflitos? Quando se está no terreno em reportagem, na maior parte das vezes, parecem vários conflitos. Comunidades contra comunidades, tribos contra tribos, credos religiosos contra outros credos religiosos. O jornalista lembra que, no Iraque, uma vez em conversa com um oficial das tropas internacionais, este lhe disse que tinha seis conflitos ativos na área que controlava, uma pequena bolsa a norte de Bagdade. É assim que parece quando se está no terreno. Há ainda os conflitos transfronteiriços e, em cima desses, as forças internacionais em intervenção. É um conflito ou são vários? Acho que são vários, acho que são todos ao mesmo tempo.

Trouxe esta formulação do Jason Burke porque me parece muito ajustada à situação instalada na Europa: nós estamos no terreno. Talvez este ponto de vista nos permita pensar no modo como nos relacionamos com as alterações que nos são impostas.

O repórter está no epicentro do conflito, coloca-se na posição de observador, num único lugar de cada vez. Consciente da mudança de ponto de vista e de que só terá uma coleção de visões parciais dos acontecimentos. Para conseguir concluir alguma coisa, ele sabe que terá de recorrer a muitos tipos de cruzamento de informação, operacionalizados de várias maneiras e com vários tipos de fontes.

Tal como ele, cada um de nós está a ser afetado de determinada maneira, não temos uma leitura objetiva de todos os acontecimentos e somos sensíveis às verdades relativas ou parciais que são veiculadas sobre aquilo que conhecemos. **Quando olhamos em volta sem termos uma chave abrangente para os acontecimentos, o nosso défice não é de realidade! O que nos falta é o resumo que a história faz dos acontecimentos, que é**

conclusivo e impossível de antecipar aos factos. É a isso que estamos mais habituados e sabemos que não vamos tê-lo nos tempos mais próximos. Podemos tirar conclusões sobre aquilo que já se alterou nas nossas vidas nos últimos anos, mas a projeção do futuro é incerta, desfocada e depende de comportamentos de conjunto a nível regional e global sobre os quais temos pouca capacidade de ação.

Jason Burke escreve na introdução de “As Guerras do 11 de setembro”:
(pág xviii da introdução)

“No jornalismo, na análise e na academia há uma tendência natural para o geral, o global e o agregado. A realidade complexa e muitas vezes desordenada da história à medida que está a acontecer acaba reduzida a explicações únicas ou teorias abrangentes. Embora nada seja compreensível sem tese, existe o risco de, ao reduzir a complexidade para encontrar uma resposta, que esta resposta seja errada”.

Retoma, pós-crise, pós-Troika, a vida depois da crise... e outras expressões semelhantes tentam referenciar um espaço temporal em que já estaremos ou estaríamos livres da aflição do presente, o mesmo presente que se projeta e prolonga no futuro incerto. Se quisermos, todos estes termos referem um *status quo* que é nosso conhecido, que estamos a ver desaparecer, e que nos permitem evitar o vazio do desconhecido. Do ponto de vista da realidade, a julgar pela importância que meios de comunicação internacionais consagrados como a revista britânica “The Economist” e a revista alemã “Der Spiegel” dão à questão do desemprego e, em particular, do desemprego jovem, chamando-lhe “geração perdida” ou “geração sem emprego” e dedicando-lhe extensos e profundos dossiês, parece-me que **estamos muito mais perante uma mudança de paradigma do que numa fase de ajuste adaptável a partir dos modelos do passado recente.** Isto é talvez muito mais assustador do que assumir que não se sabe. Podemos aceitar que um professor de economia afirme que “não se sabe qual das políticas que se estão a pôr atualmente em prática vai conseguir ter impacto positivo nos mercados, nem como irá afetá-los nem quando” (William Hasselberger), mas dificilmente se escreve que ninguém sabe o que fazer: é demasiado assustador. Os propagadores privilegiados

desse mito a que eu hoje chamaria “mito da retoma” são também os *media*. Referem-se a uma dinâmica de ciclos que foi verdade até agora, mas para cuja repetição - alta a suceder a baixa – não existe nenhuma garantia. Ainda que os economistas continuem a sublinhar que, tal como a física, os mercados têm uma dinâmica de movimento que garante que não ficarão eternamente em alta nem em baixa. (Também há quem diga que quem acha que o crescimento dos mercados é passível de ser infinito ou é louco ou é economista).

Do “mito da retoma” participamos todos, de certa maneira.

O domínio público, que é, tal como os mercados, influenciável pelos discursos mainstream dos *media*, é também sensível ao movimento de espiral negativa: “A mentalidade que repete que a crise não vai acabar perpetua-a”, diz William Hasselberger. Mais uma vez, não se trata de déficit de realidade. Trata-se de a ler com um filtro inadequado do passado, de passado compreendido por oposição a um futuro que ainda não foi nomeado.

Há duas semanas assisti a uma palestra de William Hasselberger, presidente da Global Washington Energy Investors, um *trader* norte-americano no mercado imobiliário, agora dedicado ao mercado energético que tem um profundo conhecimento dos mercados. A palestra inseria-se no programa do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa e intitulava-se “A vida depois da crise: porque é que os nossos problemas financeiros exigem novos tipos de políticas e de políticos”.

Hasselberger baseou a sua análise no pressuposto de que a crise resultou de más apostas feitas pelos devedores e credores. Todos agiram como se acreditassem que as condições não mudariam e os bons tempos durariam indeterminadamente. Contra isto, o *trader* diz que, no futuro, teremos de escolher novos tipos de políticas e de políticos para enfrentar a vida depois da crise. O grau de endividamento e a alta taxa de desemprego de países como Portugal faz prever que esses países continuem a ter crise no horizonte por muito tempo, mas os mercados vão mudar um dia porque os ciclos de alta e de baixa sucedem-se.

Hasselberger considera superficial a visão que sustenta que as causas verdadeiras da crise se encontram ao nível económico. As verdadeiras

causas são políticas, diz: “adotámos uma política insustentável de crescimento rápido, usámos dívida para substituir a produção que não tínhamos e em vez de aplicarmos medidas de austeridade para aumentar a produtividade, acumulámos mais dívida. A dívida como substituto do lucro é insustentável”.

Eu não quero aqui avançar no diagnóstico da crise, nem descrever a palestra. Mas gostaria de aproveitar uma ideia da exposição da sua, a que compara o ADN dos *rogue traders* (empregados autorizados que realizam operações não autorizadas em nome dos seus empregadores, *traders* fora de controlo) que dominaram os mercados de Wall Street e de Londres ao ponto de serem responsáveis pela precipitação na crise de 2008, com o perfil de certos políticos que elegemos como cidadãos conscientes e, muitas vezes, com poucas alternativas.

Rogue traders: machos alfa, jovens, caracterizados pela sua agressividade, hipercompetitividade, excesso de confiança e gosto exagerado pelo risco.

O tipo de políticos que Hasselberger propõe para o período pós-crise terá de ser consistente com as novas políticas que imponham a sustentabilidade e sejam eficazes para os bons e maus momentos do mercado, com alcance de longo prazo, que promovam o crescimento e deem prioridade à educação, à inovação e à produtividade de valor acrescentado.

Os políticos do futuro seriam então, de acordo com esta lógica de oposição: machos beta, pessoas com mais conhecimentos do que aqueles que nos conduziram a esta situação financeira, políticos prudentes, avessos ao risco, que trabalhem para o longo prazo. Queremos políticos mais velhos e, sobretudo, mulheres.

A verdade é que estamos ainda profundamente mergulhados no contrário disto. As máquinas partidárias insistem em escolher protagonistas que mais facilmente identificaríamos com o primeiro perfil dos *rogue traders* para liderarem os partidos e levarem adiante políticas que permitam surfar os ciclos eleitorais. Como se recua de um macho alfa num mundo de comunicação empenhado em promover vencedores?

Esta é uma questão que não vai certamente obter uma resposta definitiva hoje à tarde, mas podemos pensar que pode ser a vez de a chamada sociedade civil ter um papel mais atuante. Na sua forma mais abstrata ou nas suas múltiplas associações e representações, cabe também à sociedade civil exigir um futuro aos governantes que elege. A sociedade civil são as pessoas.

A este propósito, cito o Reitor António Sampaio da Nóvoa na entrevista que deu à Revista Visão (última edição): “A política já não cabe nos partidos que temos”. “A matriz do discurso político de hoje é tecnocrata, difícil de desmontar. E o contraponto é o populismo, que não é melhor. A Europa está a ficar entre os tecnocratas e os populistas”.

Para terminar, gostaria de sublinhar que os mitos também são passíveis de ser desfeitos e que, felizmente, há muita gente competente empenhada em fazê-lo. Os *media* servem igualmente para esse papel, depende do alcance da direção em que estamos a olhar e, como profissional e leitora compulsiva, não me canso de propor a pluralidade na escolha das fontes de informação.

Encontrei na última edição da revista “Foreign Policy” de maio/junho de 2013 um artigo consideravelmente extenso que se dedica precisamente a passar a pente fino os mitos associados ao declínio da Europa respondendo aos clichés com uma análise aprofundada da realidade. O artigo chama-se precisamente

O declínio da Europa

Os autores são Mark Leonard e Hans Kundnani

E passou a ler o subtítulo

“A Europa acabou”

Não. Atualmente, são muitos os que falam da Europa como se já fosse irrelevante. Nas palavras do perito norte-americano Fareed Zakaria, “pode dar-se o caso que a maior tendência da próxima década venha a ser o declínio da Europa”. De acordo com o professor de Singapura

KishoreMahbubani, a “Europa não se apercebe como se tornou irrelevante para o resto do mundo”. Não passou um único dia da campanha eleitoral dos Estados Unidos em 2012 em que o candidato republicano Mitt Romney não avisasse que o Presidente Barack Obama – gasp – estava a transformar os Estados Unidos num “Estado social europeu”.

Com o seu crescimento anémico, crise persistente e com a complexidade do seu sistema de tomada de decisões, é de admitir que a Europa é um alvo pesado neste momento. E a espantosa ascensão de países como o Brasil e a China nos últimos anos levou muitos a crer que o Velho Mundo está condenado a um proverbial monte de cinzas. Mas os adeptos do declínio bem fariam em lembrar-se de alguns factos teimosos. Não só a União Europeia continua a ser a maior economia única do mundo como também tem o segundo maior orçamento de defesa a seguir aos Estados Unidos, com mais de 66.000 mil militares colocados em todo o mundo e cerca de 57.000 diplomatas (a Índia não chega a 600). O PIB *per capita* da UE em termos de poder de compra ainda é quatro vezes superior ao da China, três vezes o do Brasil e quase nove vezes o da Índia. Se isto for declínio, bate aos pontos viver numa potência ascendente.

O poder, evidentemente, não só depende destes recursos como da capacidade de convertê-los em resultados de produção. Também aqui a Europa cumpre. Na verdade, nenhuma outra potência além dos Estados Unidos teve tanto impacto no mundo ao longo dos últimos 20 anos. Desde o final da Guerra Fria, a UE expandiu-se pacificamente para incluir 15 novos Estados-membros e transformou muita da sua vizinhança ao reduzir conflitos étnicos, exportar o Estado de direito e desenvolver as economias do Báltico aos Balcãs. Compare-se com a China, cuja ascensão está a criar receios e a provocar resistência ao longo da Ásia. Ao nível global, muitas das regras e instituições que mantêm os mercados abertos e regulam o comércio mundial, limitam as emissões de carbono e condenam os abusos dos direitos humanos foram criadas pela União Europeia. Quem esteve por trás da Organização Mundial do Comércio e do Tribunal Penal Internacional? Não foram os Estados Unidos nem a China. É a Europa que

tem liderado em direção a um futuro gerido por comités e homens de Estado e não soldados e homens fortes.

Sim, é verdade que a UE está face a uma crise existencial. Mas mesmo tomada por esta luta ela contribui mais do que outros poderes para a resolução tanto de conflitos regionais como de problemas globais.

A União Europeia é um fenómeno inteiramente sem precedentes nos negócios mundiais: um projeto de integração política, económica e acima de tudo legal entre 27 países com uma longa história de luta entre si. O que emergiu não é nem uma organização intergovernamental nem um superestado, mas um novo modelo que reúne recursos e soberania com um mercado de escala continental e legislação comum e orçamentos que cobrem ameaças transnacionais desde o crime organizado às alterações climáticas. Mais importante ainda, a União Europeia revolucionou o modo como os seus membros pensam em segurança, substituindo as velhas tradições de políticas de equilíbrio de poder e não interferência em assuntos internos por um novo modelo sob cuja ação a segurança para todos é garantida pelo trabalho de conjunto. Esta experiência encontra-se agora num momento de mudança e enfrenta desafios sérios e complexos – alguns ligados com o seu carácter único e outras grandes potências, como o Japão e os Estados Unidos, também enfrentam. Mas os problemas da UE não são propriamente matéria de cenários apocalípticos.

A zona euro (17 países) é responsável por 15,6% das exportações mundiais, muito acima dos 8,3% dos Estados Unidos e dos 4,6% do Japão. E ao contrário dos Estados Unidos, o comércio corrente da UE está praticamente equilibrada com o resto do mundo.

Estes números mostram que, apesar das políticas tragicamente contraproduzidas impostas aos países devedores da Europa, e apesar daquilo que venha a acontecer ao euro, a economia europeia é fundamentalmente saudável. (...)

Acima de tudo, a crise do euro é uma questão política e não económica. (...)

O perigo da desintegração europeia é real. O cenário mais benigno é a emergência de uma Europa a 2/3 consistindo de um núcleo de zona euro, os “pre-ins”, como a Polónia, empenhados em aderirem à moeda única e “opt-outs” como o Reino Unido que não tencionam aderir. Num cenário mais nocivo, alguns países como a Grécia e Chipre serão forçados a sair da moeda única, e alguns Estados-membros como o Reino Unido podem simplesmente vir a sair completamente da União – com importantíssimas consequências para os recursos da UE e para a sua imagem no mundo. Seria uma tragédia se uma tentativa de salvar a zona euro conduzisse à fragmentação da União Europeia.

Mas os europeus estão conscientes deste perigo e existe vontade política para evitá-la.

(...)

Penso sempre e aqui mais uma vez em Portugal enquanto parte da Europa.

Obrigada pela vossa atenção!

Cristina Peres